

Transição religiosa e divisão do espaço urbano: uma análise da década de 2000

Religious transition and division of urban space: an analysis of the decade of 2000

*Leandro Blanque Becceneri**
*Luiz Antonio Chaves de Farias***
*Livan Chiroma****

Resumo

A religião é uma dimensão fundamental para a compreensão de uma sociedade. De maneira geral, este aspecto sutil da vida atende às formas com as quais a humanidade enfrenta suas demandas. Assim sendo, o trabalho tem como objetivo verificar quais os condicionantes da territorialização das religiões no espaço metropolitano da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) diante do processo de mudança no perfil religioso da população. Assim, busca-se observar, a partir dessa transição religiosa, as alterações ocorridas no território da metrópole paulistana na década de 2000.

Palavras-chave: transição religiosa; divisão religiosa do espaço; Região Metropolitana de São Paulo.

Abstract

Religion is a fundamental dimension for the understanding of a society. In general, this subtle aspect of life attends to the ways in which mankind faces their demands. Thus, the objective of this study is to verify the determinants of the territorialization of religions in the metropolitan space of the Metropolitan Area of São Paulo (RMSP) in the face of the process of change in the religious characteristics of the population. Thus, it is sought to observe, from this religious transition, the changes that occurred in the territory of the metropolis of São Paulo in the decade of 2000.

Keywords: religious transition; religious division of space; Metropolitan Area of Sao Paulo.

* Doutorando em Demografia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

E-mail: leandrobecc@hotmail.com

** Doutor em Demografia pela em Demografia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. E-mail: fariasax@uol.com.br

*** Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. E-mail: livanchiroma@gmail.com

1. Introdução

A religião é uma dimensão fundamental para a compreensão de uma sociedade. De maneira geral, este aspecto sutil da vida atende às formas com as quais a humanidade enfrenta suas demandas, projetando um mundo coabitado e sobre-humano. Pode-se ainda afirmar que os espaços urbanos não são apenas um pavimento no qual pairam os sentidos das religiões, mas a ação religiosa é coextensiva à produção dos espaços e participante no processo de construção da vida de seus habitantes e de suas religiões. Logo, pode se supor que mudanças no perfil religioso da população possam estar associadas às mudanças verificadas na estruturação do espaço urbano.

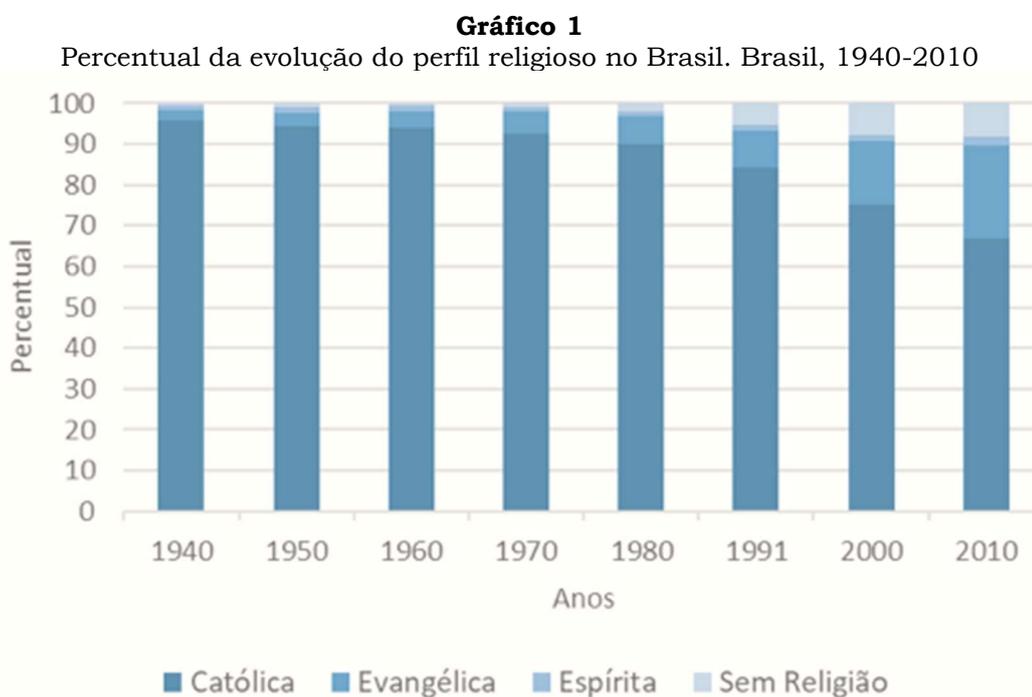
De fato, nas últimas três décadas e, principalmente a partir dos anos 1990, o Brasil apresentou expressivas mudanças no perfil religioso de sua população. Conforme apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a redução da participação relativa dos seguidores do catolicismo e o concomitantemente crescimento em importância de adeptos de outras religiões, em especial os evangélicos, mostram um crescimento da diversidade dos grupos religiosos no país (ALVES, 2013).

O Censo de 2010 confirma a tendência das últimas décadas, com a queda dos católicos e o incremento dos evangélicos, sem religião e espíritas. Revela também que a religião continua sendo um aspecto importante da vida, uma vez que 92% declaram-se participante de alguma “religião” ou “culto”. Ainda, embora os números sinalizem um aumento da diversidade religiosa no Brasil e a multiplicação das denominações, o maior número de adesões é concentrado nas vertentes do cristianismo: somados, católicos e evangélicos contabilizam 86,5% da população.

Nas últimas décadas, o número dos autodeclarados católicos retraiu progressivamente, mas somente no Censo de 2010 revelou um decréscimo em seu número absoluto de adeptos, apresentando um encolhimento de 12,2% em uma década. Nas últimas três décadas a retração de católicos foi constante: os números do IBGE (2010) revelam que em 1980 eram 89,2%, em 1991 83,3% e 73,6% em 2000. Ainda segundo o instituto, os católicos

apresentam mais adeptos do sexo masculino (65,5%) e maior proporção entre os de idade superior a 40 anos. Já os evangélicos chegaram a 22,2% da população, ou 42,2 milhões de praticantes em 2010, sendo que em 2000 eram 15,4%.

Os evangélicos foram o grupo religioso que mais cresceu nesse período. Em 1980 eram 6,6% e 9,0% em 1991. O segmento que alavanca o expressivo crescimento evangélico é o de pentecostais, responsável por dois terços do universo dos evangélicos, abarcando 25,3 milhões de fiéis. O Gráfico 1 mostra, sinteticamente, a evolução do perfil religioso dos brasileiros ao longo das últimas sete décadas.



Fonte: FARIAS et al (2017), com base nos Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Nesse sentido, como será visto mais detalhadamente no transcorrer do texto, é importante destacar que os pentecostais estão mais presentes nas áreas urbanas e seu pujante crescimento pode ser explicado pela flexibilidade e menos formalidade na implementação de novas igrejas, e pela capilaridade nos bairros dos grandes agrupamentos urbanos (Almeida, 2004). Portanto, além da interação quantitativa, os arranjos religiosos possuem capacidades

de agenciamentos, estendendo ou inscrevendo suas atividades em determinado meio.

As transformações nas adesões religiosas da população brasileira refletem não só um deslocamento cosmológico-simbólico teológico, como também, proporcionam ao praticante novas sociabilidades e territorialidades específicas no espaço urbano.

Com base no contexto anteriormente exposto, de expressiva redução do seguimento católico e ampliação dos segmentos protestantes, espírita e sem religião, o trabalho tem como objetivo verificar quais os condicionantes da territorialização das religiões no espaço metropolitano, diante desse processo de mudança no perfil religioso da população. Assim, busca-se observar, a partir dessa transição religiosa, as alterações ocorridas no território da metrópole paulistana na década de 2000.

A escolha da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) se deve ao fato de ser a área urbana com maior complexidade do Brasil, tanto sob o ponto de vista do avanço do processo de reestruturação urbana, quanto ao progresso do fenômeno da transição demográfica. Isso se reflete em uma divisão social e econômica do espaço que apresenta uma grande diversidade que certamente associa-se às múltiplas territorialidades dos diferentes segmentos religiosos a serem analisados ao longo trabalho.

O trabalho, em seu desenvolvimento, é dividido em três partes. Em um primeiro momento, apresentam-se os materiais e métodos utilizados para a produção e a análise dos resultados. Em seguida, é realizado um preâmbulo da discussão dos resultados, onde se realiza uma caracterização da divisão sociodemográfica do espaço da RMSP, etapa esta fundamental para embasar a análise dos resultados. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, descrevendo-se a divisão religiosa do espaço da metrópole paulistana e apontando-se suas principais condicionantes.

2. Materiais e Métodos

Tendo em vista o grande número de categorias no quesito “religião” presentes nos censos (53 em 2000 e 52 em 2010), inclusas nesses números, os “sem religião”, “não determinada” e “sem declaração”, foram elaboradas sete categorias de análise, compatibilizadas para as duas rodadas censitárias, como forma de operacionalizar a pesquisa: Espíritas; Católicos; Pentecostais; Não Pentecostais; Religiões de Matriz Africana; Ateus, Agnósticos e Sem Religião; e Outros. A escolha por essas categorias deu-se por sua representatividade nas pesquisas, verificada a partir do número de adeptos. A divisão entre pentecostais e não pentecostais foi feita a partir da utilização dos manuais dos censos, com critérios elaborados pelo próprio IBGE.

A partir das categorias produzidas, foi realizada a análise de *clusters* (agrupamentos). Essa análise foi feita com os microdados da amostra dos Censos de 2000 e 2010 da RMSP. É importante salientar que foram utilizados os valores relativos a cada categoria religiosa, não sendo utilizados valores absolutos. Segundo Field (2009), a análise de *clusters* (agrupamentos) é o processo de agrupar um conjunto de objetos físicos ou abstratos em classes de objetos similares. Essa análise se dá pela partição de uma população heterogênea em vários subgrupos mais homogêneos, sem a predefinição de classes, com os elementos agrupados segundo sua semelhança.

Nessa análise, utilizou-se o método *k-means*, onde foi solicitada a obtenção de cinco *clusters* a partir das categorias religiosas, garantindo assim homogeneidade interna e heterogeneidade externa entre os agrupamentos gerados. Esse método de agrupamento não hierárquico consiste na transferência de um indivíduo para o *cluster* no qual o centroide se encontra a menor distância (HAIR et al., 2005).

Após a realização dessa análise, foi feita a espacialização dos *clusters* pelas Áreas de Ponderação da RMSP, utilizando técnicas de geoprocessamento. A utilização dessas unidades espaciais possibilitou uma análise em escala intraurbana da metrópole paulista. Segundo o IBGE (2010), uma Área de Ponderação é definida como a menor unidade geográfica,

formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, de expansão dos dados da amostra dos censos.

O índice de dissimilaridade, a ser utilizado para analisar a dispersão dos grupos religiosos ao longo da estrutura urbano-metropolitana, segundo Feitosa (2005), mede a proporção da população de um grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional em cada uma das unidades de área seja idêntica à da cidade como um todo. O índice varia entre zero (integração completa) e 1 (segregação completa), e sua formulação é a seguinte:

$$D = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^J \frac{N_{jm}}{N_m} - \frac{N_{jn}}{N_n}$$

Onde N_{jm} e N_{jn} representam o número de indivíduos pertencentes ao grupo m e n , respectivamente, na área j ; e N_m e N_n representam o número de indivíduos pertencentes ao grupo m e n em toda a área de estudo.

Nesse trabalho, também foi utilizado o Índice de Moran Local (LISA) (ANSELIN, 1995) para verificar a presença de *clusters* espaciais da variável “classe dominante”. Esse indicador local produz um índice de associação espacial para cada área considerada, evidenciando as que possuem mais semelhanças, gerando concentrações (*clusters*). Segundo Marques et al. (2010, p.3) “A soma total do LISA de todas as áreas é proporcional ao valor obtido para o índice Global, isto é, que o indicador local seja uma decomposição do indicador Global”. Essa estatística para cada área i a partir dos valores normalizados z_i do atributo é dada por:

$$I_i = \frac{z_i \sum_{j=1}^n w_{ij} z_j}{\sum_{j=1}^n z_j^2},$$

Portanto, tais indicadores de associação espacial avaliam a existência de *clusters* no arranjo espacial de uma determinada variável.

3. Caracterização sociodemográfica da RMSP

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é a maior metrópole do Brasil, formada por 39 municípios, e tendo passado por um rápido processo de conurbação ou “fusão de áreas urbanas”, segundo Villaça (2001, p.49), formando uma mancha urbana quase contínua. Sua população é de 21 milhões de habitantes (IBGE, 2017), estando em um avançado processo da transição demográfica, se comparada a outras regiões do país. Isso pode ser observado por meio dos níveis de fecundidade (com base na Taxa de Fecundidade Total), que apresentam contínuas reduções desde a década de 1980, além de apresentar as menores taxas de crescimento populacional dentre as outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, ainda que continue exercendo importante influência na dinâmica demográfica estadual e nacional (DEDECA; MONTALI; BAENINGER, 2009).

Consequentemente, essa região também apresenta importante relação com variados aspectos da dinâmica econômica e social brasileiras, sendo seu estudo necessário para a resolução e mitigação de problemas públicos de grandes áreas urbanas do país, tais como a segregação, a migração, a violência e as múltiplas desigualdades que se apresentam em seu território.

Faz-se importante considerar as transformações vividas pela metrópole desde os anos 1960, onde intensos processos de urbanização e migração moldaram suas características, produzindo a estrutura urbana e social observadas nos dias de hoje.

Nesse contexto, é importante destacar o processo de reestruturação produtiva e a consequente reestruturação urbana, em curso desde o final do século XX, em um cenário de importantes mudanças econômicas na região (CAMPOLINA DINIZ; CAMPOLINA, 2007), apresentando implicações sociais como a redução dos salários e do trabalho formal, juntamente ao aumento do desemprego, resultando na elevação da pobreza até o ano de 2003, após o qual esses vetores tenderam a se inverter, com queda da pobreza e do desemprego e o aumento da formalização do trabalho e dos salários (MARQUES, 2014).

Todas essas transformações enfrentadas pela metrópole ao longo das últimas décadas produziram importantes impactos em seu território, ocasionando o surgimento de áreas segregadas destinadas tanto aos mais pobres, quanto aos mais ricos. Em relação às áreas pobres, observa-se que estas são mais heterogêneas, com características que diferem entre si e entre os demais locais da metrópole, como em infraestrutura, moradia e acesso a oportunidades.

A concepção pautada na heterogeneidade dessas áreas contrasta com a visão predominante até a década de 1980, de que esses locais eram exclusivos da população de baixa renda e onde havia a falta de serviços públicos básicos, uma vez que desde a década seguinte novos elementos integraram o espaço das periferias, com o exemplo mais comum se caracterizando pela presença da classe média, seja por ter alcançado renda e padrão de vida mais elevados ou por conta de perda de poder aquisitivo, ou ainda devido aumento no valor do solo urbano, causando esses deslocamentos para locais onde o valor da terra é menor (Santos, 1993).

Já em relação aos mais ricos, observa-se o surgimento de condomínios fechados de luxo, com áreas isoladas de contato social com outros grupos presentes na cidade. Sua composição, ao longo do tempo, parece ter se tornado ainda mais homogênea e concentrada em áreas específicas da metrópole. Ainda segundo Marques (2014, p. 680) “o principal eixo de segregação é o socioeconômico e, embora dimensões étnico-raciais se façam presentes, superpõem-se àquela segregação. Neste particular, em geral os ricos são mais segregados do que os pobres”.

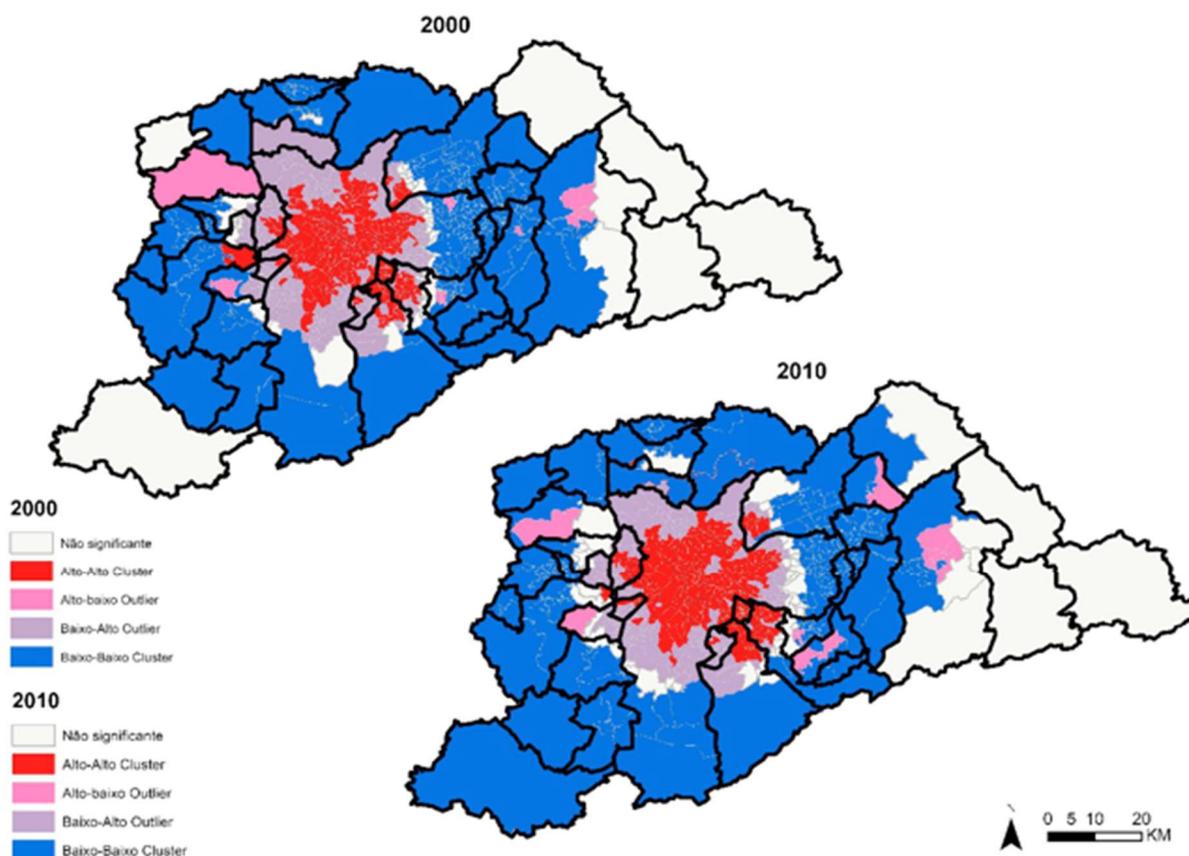
A Figura 1, abaixo, apresenta a localização por Áreas de Ponderação da *classe dominante*, segundo classificação de estratificação social elaborada pelo Observatório das Metrópoles[†] (RIBEIRO; COSTA; RIBEIRO, 2013). Essa análise foi produzida utilizando-se o Indicador de Autocorrelação Espacial de Moran. São comparadas apenas informações relativas aos anos de 2000 e

[†] Essa classificação utiliza as ocupações listadas nos dados da amostra dos Censos, seguindo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as quais foram agrupadas em vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, sendo posteriormente agregadas em oito frações de classe e em três classes sociais, entre elas a “classe dominante”.

2010, uma vez que os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os censos anteriores não permitem a identificação das áreas de ponderação, sendo esta a unidade de análise de maior desagregação onde constam as informações de ocupação.

Figura 1

Distribuição da *classe dominante* segundo o indicador de autocorrelação espacial local de Moran, por Áreas de Ponderação - Região Metropolitana de São Paulo, 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Os mapas produzidos pelo indicador local de Moran identificam as concentrações espaciais por cores, sendo que as áreas em vermelho mostram valores muito acima da média do território metropolitano, assim como as áreas vizinhas também apresentam números bastante altos. Já as azuis, inversamente às vermelhas, apresentam valores inferiores à média. As áreas em branco não possuem padrões espaciais que as diferenciam de modo

particular do observado na metrópole como um todo, e as áreas em rosa e lilás são áreas de transição.

É possível observar que a *classe dominante* se concentra no centro expandido da capital paulista e em seu eixo sudoeste, estando presente também nos centros de municípios do ABC, Osasco, Cotia, centro de Guarulhos e Taboão da Serra, indicado pelo padrão em vermelho (alto-alto) que é o mesmo para ambos os anos analisados. Nota-se que de 2000 para 2010 essa classe se tornou ainda mais compacta em seu território, mostrando o poder de adaptação das elites às mudanças que ocorreram naquela região.

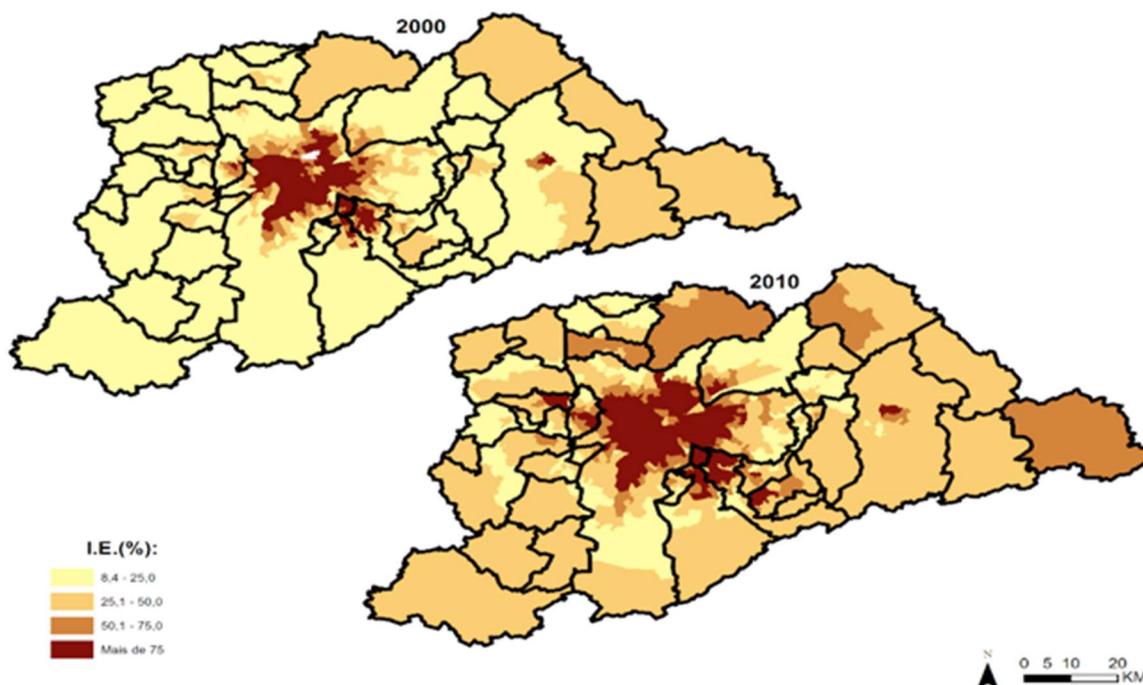
Essa classe é circundada por uma área de transição, em lilás (baixo-alto), onde estão presentes áreas de ponderação com baixos valores para essa classe, porém com áreas vizinhas apresentando valores elevados. Em contraposição, essa classe está ausente nas regiões periféricas da metrópole, como pode ser notado no padrão em azul (baixo-baixo).

Na década de 2000, a composição social dos espaços na metrópole sofreu alterações, com intensas mudanças demográficas, apresentando transformações lentas, porém contínuas (BAENINGER, 2012). É importante, então, analisar o Índice de Envelhecimento, sendo este um indicador sensível a forma de estrutura etária de uma população, expressando a relação entre pessoas de 65 anos ou mais e de 0 a 14 anos. Assim, para verificar as transformações demográficas ocorridas no período analisado, tal índice foi calculado e espacializado, por Áreas de Ponderação da RMSP.

Os resultados demonstram o processo de envelhecimento, que se acentuou entre 2000 e 2010. Observa-se uma grande elevação dos grupos de 75 anos ou mais, espalhando-se por uma área maior do que a verificada em 2000. O padrão observado segue o mesmo do mapa anterior, com os grupos de maior idade estando concentrados no centro expandido da capital paulista e em porção centrais de outros municípios como Guarulhos, Osasco, Mogi das Cruzes e do ABC.

Figura 2

Índice de Envelhecimento, por Áreas de Ponderação - Região Metropolitana de São Paulo, 2000-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração própria.

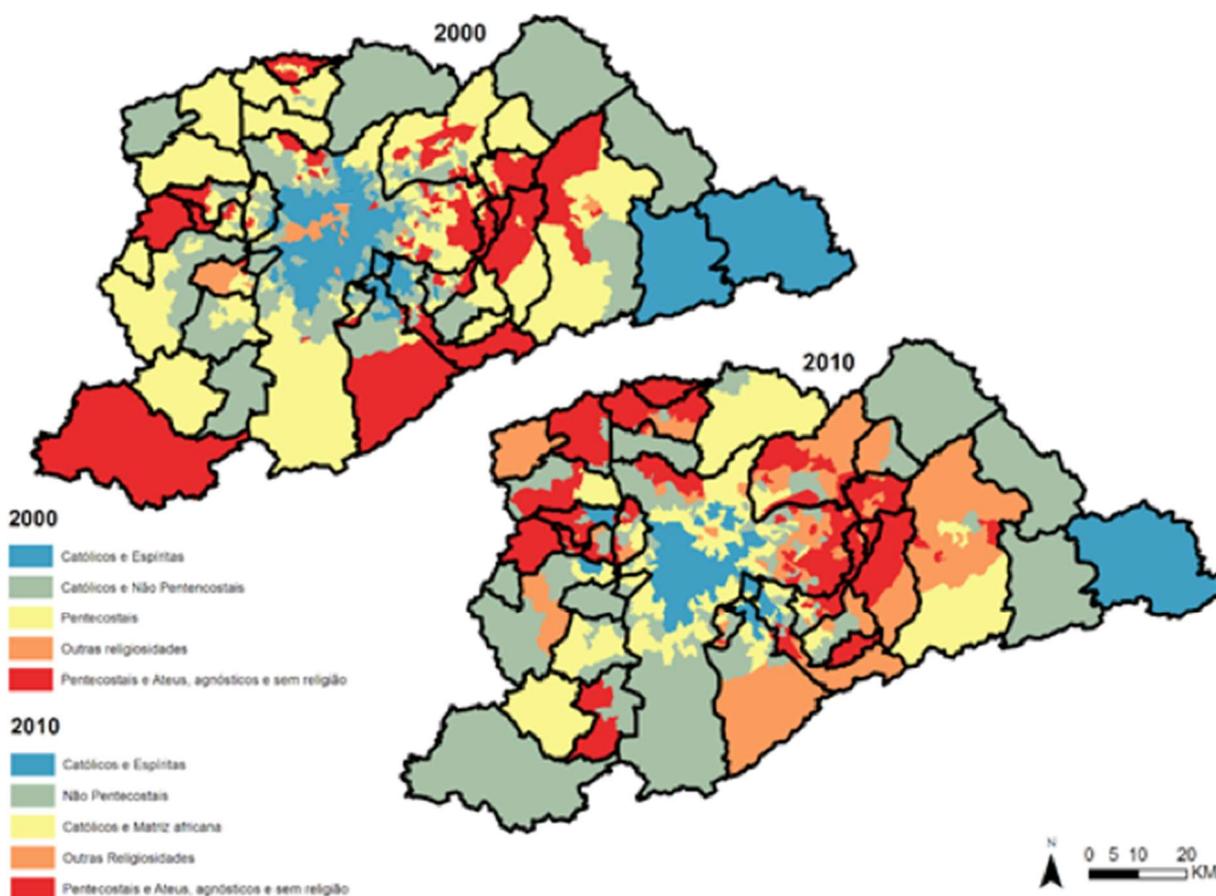
Com base nos resultados e na discussão anteriormente produzidos, de que forma estas transformações pelas quais a RMSPP passou na última década impactaram na estrutura e na distribuição dos grupos religiosos no território da metrópole de São Paulo? A seção seguinte se propõe a responder tal questão.

4. Resultados

4.1. A divisão religiosa do espaço da metrópole paulistana

A partir da análise de *clusters*, os cinco agrupamentos criados foram espacializados, como demonstra a Figura 3.

Figura 3
Clusters de grupos religiosos na RMSP, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Na figura acima é representada a RMSP dividida em seus 39 municípios. A espacialização dos *clusters* das categorias religiosas em Áreas de Ponderação de diferentes cores possibilita observar suas diversas localizações no espaço. Cabe ressaltar que um *cluster* pode variar de um ano a outro, uma vez que são destacados os grupos de maior concentração nestes.

Uma análise inicial aponta que, de 2000 para 2010, ocorre uma maior homogeneidade das regiões centrais dos municípios da metrópole, em especial da cidade de São Paulo, particularmente observada pela concentração do *cluster* “Católicos e Espíritas”. Essas áreas, conforme se pode notar no item anterior, correspondem justamente àquelas onde se localizam os grupos

sociais metropolitanos de maior poder aquisitivo, assim como, os mais envelhecidos.

Em contrapartida, a Figura 3 aponta para uma maior heterogeneidade religiosa das áreas periféricas, ressaltando-se as maiores concentrações de “Pentecostais” e “Ateus, agnósticos e sem religião” e “Outras religiosidades”. Não custa lembrar que são justamente essas áreas que apresentam os grupos sociais de menor poder aquisitivo, assim como, as populações mais jovens da metrópole. A exceção fica por conta das áreas mais centrais dos municípios do ABCD paulista e pelas periferias elitizadas de Barueri, Santana do Paranaíba e Cotia, que guardam semelhança com a concentração de “Católicos” e “Espíritas”.

Em verdade, sob o ponto de vista espacial, o quadro religioso analisado corrobora os resultados de Farias et al. (2017), onde observou-se grande correlação entre determinados segmentos religiosos e certas características sociodemográficas da população. Deste modo, pode-se afirmar que, como esperado, essa correlação também é espacial.

Este último resultado é igualmente corroborado por estudo semelhante de Almeida (2011), que encontrou a mesma disposição dos grupos religiosos ao longo da RMSP. No presente caso, a ilustração produzida pela espacialização da análise de *clusters*, mostrou-se mais elucidativa para mostrar a territorialidade na metrópole dos diferentes grupos religiosos considerados.

Todavia, sabe-se que a correspondência espacial entre a divisão sociodemográfica e religiosa do espaço não é perfeita, já não se pode afirmar que haja de fato uma perfeita justaposição espacial das religiões com as áreas que concentram os grupos sociais que lhe habitam predominantemente.

A Tabela 1 ratifica o último cenário descrito, ao apresentar o índice de dissimilaridade dos diferentes grupos religiosos considerados. Ou seja, é descrita a territorialização das religiões sob o ponto de vista de sua dispersão, e não de sua concentração, conforme apresentado na Figura 3.

Tabela 1

Índice de Dissimilaridade dos Grupos Religiosos. Áreas de Ponderação selecionadas. RMSP, 2000 e 2010.

Ano	Espíritas	Católicos	Pentecostais	Não pentecostais	Matriz Africana	Ateus, agnósticos e	Outras Religiosidade
2000	0,36	0,11	0,20	0,16	0,29	0,16	0,15
2010	0,32	0,11	0,22	0,17	0,30	0,14	0,11

Fonte: IBGE. Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Pode-se observar, por exemplo, um comportamento distinto entre católicos e espíritas apesar de constituírem um mesmo *cluster* na RMSP. Os “Católicos” apresentam-se como um dos grupos religiosos mais dispersos[‡], seguidos pelas “Outras Religiosidades” e os “Não Pentecostais”. Supõe-se que tal quadro observado para os católicos vincula-se a sua histórica hegemonia no perfil religioso da população, quando abarcava diferentes segmentos sociais e, por isso, diferentes partes do território. Esta pode ser a principal razão de ainda possuírem presença em todas as partes da metrópole, onde é muito comum encontrar nos bairros uma paróquia ou igreja.

Até certo ponto, esta característica pode ser estendida aos evangélicos “Não Pentecostais”, cujas diferentes denominações possuem também uma longevidade histórica maior, que se reflete em uma maior disseminação pelo território.

Por sua vez, os “Espíritas”, apesar de sua correspondência espacial junto aos “Católicos” na região metropolitana, foi um dos segmentos religiosos que apresentaram menor dispersão ao longo do espaço metropolitano. Os evangélicos “Pentecostais”, presentes predominantemente nas periferias mais pobres, parecem ficar restritos às mesmas. Tal comportamento, como mostram os resultados Tabela 1, refletem o peso da segregação residencial na territorialização dos grupos religiosos em questão.

Chama atenção igualmente os valores relativamente mais elevados para os seguidores das Religiões de Matriz Africana, os quais igualmente se

[‡] É importante destacar que quanto maior o índice de dissimilaridade, maior a concentração dos grupos religiosos e quanto menor o seu valor, maior sua dispersão no território.

apresentam mais concentrados no território. Neste caso, supõe-se que fatores de ordem exógena ao grupo religioso, como a perseguição de determinados segmentos religiosos, possa ter alguma influência em sua territorialização mais restrita no espaço metropolitano.

4.2. *Re(li)giões na metrópole paulistana*

Esta sessão pretende investigar a relação da divisão religiosa do espaço e a força endógena contida em cada segmento para expandir-se no território urbano. Este potencial de expansão apresenta múltiplos vetores, de especial modo: 1) relacionados ao processo de conversão dos indivíduos, ou ao seu trânsito religioso (ALMEIDA, 2001); 2) o dinamismo de cada religião em ofertar expedientes para enfrentamento das vulnerabilidades e formação de redes sociais (KATZMAN, 1999) e 3) a ação do mercado de bens religiosos (PIERUCCI, 1996) que articula as agências de fé em concorrência umas com as outras, ao lograr serviços religiosos mais atraentes e dinâmicos, resultando em proselitismo.

Diante da ação das condicionantes anteriormente assinaladas, a transição de uma religião por outra num *cluster* indica que, naquele decênio, determinado modelo atraiu mais ou menos adeptos. Caso o padrão se mantenha no mesmo período, indica-se baixa circulação de fiéis em um contexto de religiosidade mais tradicionalizada para a região.

Conforme constatado anteriormente, em síntese, as regiões centrais dos municípios da metrópole e a cidade de São Paulo mantêm uma centralidade católica e espírita - territórios de maior renda (ou *classe dominante*) - e a presença dos pentecostais e sem religião nas áreas periféricas mais pobres. Estas questões serão discutidas brevemente a seguir.

Primeiramente, com base nos resultados, a maior concentração pentecostal encontra-se nas áreas de menor renda, ou periféricas, da cidade. É digno de nota destacar que o grupo dos pentecostais é majoritariamente composto pela Igreja Assembleia de Deus e representa cerca de 60% dos evangélicos. Concordamos com Jakob (2013, p.53), ao afirmar que “a

expansão das igrejas pentecostais se constitui no principal fator da transformação do perfil religioso no Brasil, desde os anos 1980”.

Quanto à territorialização de seus locais de culto, autores têm classificado a configuração espacial dos conglomerados pentecostais como “cinturão pentecostal”, devido ao desenho de um círculo concêntrico ao redor de um centro urbano consolidado. Nestas localidades, formadas por intensos processos de urbanização e migração, a religião pode ser compreendida com um sistema organizador da realidade diante dos contextos de crise, desemprego e violência que atingem a população urbana mais vulnerável. Desta forma, Clara Mafra (2011, p. 136) acrescenta:

formou-se um cinturão periférico, de colonização recente, infraestrutura precária e alta presença de pentecostais [...] O pentecostalismo passou a se apresentar como uma alternativa cultural plausível para as populações pobres nas periferias urbanas quando as alternativas culturais conhecidas, boa parte delas oferecidas pelo catolicismo, tornaram-se sinônimo de fracasso.

Neste sentido, Almeida (2011) ainda argumenta que importante parte do sucesso dos pentecostais nas periferias ancora-se na capacidade de suas agências em tecer redes sociais de proteção, a partir do “adensamento dos laços” sociais dos membros de uma congregação. Estas redes sociais religiosas conectam os indivíduos sob o viés da “comunhão” e, por pertencerem ao mesmo segmento religioso, firmam um “código de confiança” recíproco. O autor salienta que:

As religiões evangélicas são capazes de produzi-la de forma significativa, mesmo que a proteção social seja entendida pelo fiel de um ponto de vista da ação divina. Há um efeito sociológico devido aos vínculos construídos e reforçados pela confiança e solidariedade (ALMEIDA, 2011, p.132).

Resumidamente, o crescimento é alavancado pelo dinamismo de suas lógicas e discursos internos e através da grande capilaridade nos bairros da metrópole. É importante observar como uma igreja pentecostal pode ser hábil em seus mecanismos de evangelização e crescimento: a organização interna

das Igrejas Assembleia de Deus permite que um fiel, a partir de um “chamado de Deus”, coloque-se à frente de um “ponto de pregação”, uma pequena congregação, iniciada normalmente pelo “arrebanhamento” de seus familiares. Então, inicia sua pequena congregação com seus próprios equipamentos: a residência particular, seja na garagem ou na sala principal.

Não é raro observar, em pesquisas de campo, residências adaptadas para acomodar pequenos templos religiosos, as chamadas “igrejas de garagem”. Soma-se a esta praticidade para a instalação predial a flexibilidade para a formação de um líder “evangelista”, outro fator importante para a vantagem numérica das igrejas pentecostais sobre os outros grupos religiosos.

Nas denominações “tradicionais” é exigida do aspirante ao clero uma formação teológica, ordenação pastoral/clerical, etc. Pelo contrário, nas agências pentecostais, a liderança da futura igreja é baseada na confiança na “vocação”, ou na “unção”. O obreiro leigo é aprovado para o início da nova igreja sem grandes preparos técnicos (Fajardo, 2017). Estes fatores favorecem a grande capilaridade deste segmento nas *fronteiras urbanas*.

Ora, a presença de pentecostais em áreas mais pobres, de população resultante de processos migratórios e possivelmente mais segregadas, confirmam a hipótese de que este tipo de devoção encontra no espaço urbano e de maior vulnerabilidade, uma janela de oportunidades para sua expansão territorial.

Já os espíritas perfazem o grupo com maior escolaridade e maior renda, conforme destacado no trabalho de Farias et al. (2017). Essas características sociodemográficas provavelmente justificam a presença dos kardecistas nas regiões centrais dos municípios da metrópole, onde há maior concentração da *classe dominação*, com maior escolaridade e alto perfil econômico. Esta territorialidade pode ser compreendida uma vez que no bojo da teologia espírita está o apreço pelos estudos sistemáticos e pela literatura. Esta inclinação pelo estudo sistemático/racional pode chamar a atenção de extratos da sociedade com maior preparo acadêmico.

Destaca-se ainda que “o aumento da proporção de idosos que perfazem o número de espíritas acompanha a tendência do envelhecimento da população brasileira” (FARIAS et al., 2017, p. 9), com o peso dos grupos de maior idade nesta religião indo de encontro ao já apresentado anteriormente acerca da presença dos grupos etários mais avançados nas regiões centrais de alguns municípios da RMSP. Complementarmente, é preciso também destacar a presença de praticantes deste segmento nas periferias, em ações filantrópicas, conforme observa Almeida (2011, p. 130), “nota-se a forte presença de kardecistas na periferia devido à prática da caridade”.

Por fim, a presença católica, similarmente aos espíritas, é marcada pela centralidade urbana, com significativo peso de *classe dominante*. Segundo Almeida (2004) os templos católicos se instalam nas grandes vias dos bairros, todavia com menor capilaridade comparada aos pentecostais: “as paróquias demoram a chegar nas zonas de maior vulnerabilidade, mais do que os templos dos evangélicos” (ALMEIDA, 2004, p. 22).

Enquanto as igrejas evangélicas pentecostais “capilares” são formadas basicamente por famílias, sobretudo impactadas pela marca da migração em suas biografias, nota-se a baixa presença de equipamentos e sacerdotes católicos nas mesmas áreas. O autor também salienta a ação das Comunidades Eclesiais de Base junto aos grupos mais vulneráveis.

As CEBs foram formuladas junto aos modelos de “evangelho social” e da Teologia da Libertação, lançando mão de grupos de estudo bíblico nos domicílios, em contexto do Concílio Vaticano II. Este concílio proporcionou a abertura da Igreja Católica para as realidades sociais, tornando-a permeável às camadas mais populares. Todavia, Almeida (2011) destaca a dificuldade da Igreja Católica de se reproduzir em regiões mais pobres, alcançadas, em grande, pela sociabilidade pentecostal.

5. Considerações Finais

A transição religiosa vivenciada pelo Brasil é um tema patente ao debate sociológico e antropológico sobre religião, dada a emergência da participação

dos segmentos pentecostais na população em relação aos católicos, até então historicamente hegemônicos. Todavia, a geografia desse fenômeno ainda demandava estudos mais aprofundados, de fato, espacializa-se as diferentes religiões no espaço urbano, palco primeiro da transição religiosa.

Deste modo, pôde-se constatar com o presente trabalho, que além de um mero receptáculo, o espaço urbano, através das diferentes territorialidades construídas por cada segmento religioso, age como um importante condicionante para o processo de mudança do perfil religioso do país. O presente estudo pretendeu, portanto, iniciar a exploração dessa lacuna nos estudos sobre religião nas ciências sociais.

Deste modo, enquanto um dos principais resultados da pesquisa, considera-se possível afirmar a existência de uma onda de “pentecostalização”, não somente da população concentrada nas periferias tradicionais metropolitanas, como também dos demais segmentos religiosos. Derivando daí o *catolicismo renovado* (ou *carismático*) e as igrejas protestantes tradicionais *renovadas*.

Os resultados deste processo, na prática, são cultos voltados aos louvores congregacionais de forma mais agitada e animada, abertos à emoção e ao transe religioso, com uso de linguagem litúrgica despojada e informal, juntamente a uma maior abertura ao “espírito santo”. O resultado desta “renovação”, é que tanto o catolicismo quanto as denominações protestantes tradicionais (Batista, Presbiteriana, Luterana, por exemplo), ao se “pentecostalizarem”, superam certas barreiras discursivas elitistas, alcançando estratos baixos e médios da população, o que explica a sua maior dispersão no espaço urbano em relação aos demais segmentos religiosos.

Por outro lado, conforme observa-se na Figura 3, o mapa de *clusters* indica a presença católica (e espírita) como *classe dominante*, tendendo a ocupar as áreas centrais de alguns municípios da metrópole paulistana. Uma forma de capturar tal sobrepujança demográfica é observar suas impressões na paisagem do meio urbano, sendo marcante a presença dos equipamentos católicos nos centros municipais, como as Basílicas/Catedrais, Faculdades

(PUCs), Hospitais, etc.; todavia nas últimas décadas, surgem novas nuances que marcam a transição (cultural, espacial, demográfica) rumo à religiosidade evangélica, tanto pentecostal como não pentecostal, notada tanto pelos dados quantitativos, quanto pelo aparecimento recente dos grandes templos (como o Templo de Salomão, por exemplo), shows gospel, marchas para Jesus, etc. concorrendo nos mesmos espaços.

Por fim, em síntese, a transição religiosa no Brasil é marcada pelo incremento dos Pentecostais e dos Sem Religião e pela retração Católica. Em um contexto de pós-modernidade, compreende-se a religião como elemento “líquido” em constante movimento: ficam pra trás as tradições religiosas estáticas, formuladas no/para os espaços rurais e agrários, sendo progressivamente substituídas (ou hibridizando-se) pelas religiosidades inscritas em um contexto urbano, dinâmico e marcado pela intensa mobilidade e redistribuição populacional.

Sabe-se que o recorte da RMSP, a despeito de sua complexidade socioespacial, representa uma realidade muito específica da territorialização das religiões no espaço urbano brasileiro e mundial. Logo, outros estudos poderiam ser realizados em distintos contextos metropolitanos, dentro do campo de pesquisa aberto pelo presente trabalho, podendo revelar novas e diversas divisões religiosas do espaço, além de dinâmicas diferentes das observadas na Região Metropolitana de São Paulo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, SP, v. 19, n. 56, 2004, p. 15-27.

ALMEIDA, R. Os Pentecostais Serão Maioria no Brasil? *Revista de Estudos da Religião*. Dezembro, 2008.

ALMEIDA, R. Religiões e desigualdade urbana. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, jun. 2011, p. 126-135.

ALMEIDA, R.; MONTEIRO, P. *Trânsito religioso no Brasil*. São Paulo Perspec. vol.15, n.3, 2001, p. 92-100.

BECCENERI, L. B; FARIAS, L. A. C. CHIROMA, Livan – *Transição religiosa e divisão do espaço urbano...*

ALVES, J. E. D. *Até onde vai o piso da queda dos católicos no Rio de Janeiro: o caso de Seropédica*. Rio de Janeiro, RJ: APARTE - Inclusão Social em Debate/UFRJ, 2013.

ALVES, José Eustáquio et al. *Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil*. Tempo soc., São Paulo, v. 29, n. 2, 2017, p. 215-242.

ANSELIN, Luc. Local indicator of spatial association – LISA. In: *Geographical Analysis*, Vol. 27, No.2 (April 1995). Ohio State University Press, 1995.

BAENINGER, R. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. Mudanças recentes na estruturação sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, Lucia. PASTERNAK, Suzana (orgs.). *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Coordenação de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CAMPOLINA DINIZ, C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. In: *Revista eure* (Vol. XXXIII, Nº 98), 2007, p. 27-43.

CLARA, M. O problema da formação do ‘cinturão pentecostal’ em uma metrópole da América do Sul. *Interseções*. UERJ, nº 1, 2011, p. 27-43.

DEDECCA, Claudio; MONTALI Lilia; BAENINGER, Rosana (Orgs.) Regiões Metropolitanas e Polos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais. In: *Estudos Regionais - Região Metropolitana de São Paulo*. FINEP/NEPP/NEPO/IE. Campinas: UNICAMP, 2009.

FAJARDO, M. P. *Onde a luta se trava: uma história das Assembleias de Deus no Brasil*. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

FARIAS, L. A. C. de; BECCENERI, L. B.; LONGO, F. V.; CHIROMA, L. Tão ricos e tão escolarizados? O perfil sociodemográfico dos espíritas no Brasil. Campinas, SP: *Textos NEPO* - Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”. Unicamp, 2017, p.

FEITOSA, F. F. *Índices espaciais para mensurar a segregação residencial: o caso de São José dos Campos (SP)*. Dissertação de mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos. 2005.

FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BECCENERI, L. B; FARIAS, L. A. C. CHIROMA, Livan – *Transição religiosa e divisão do espaço urbano...*

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. São Paulo: Bookman, 2005.

IBGE. *Censo 2010: número de católicos cai e aumentam evangélicos, espíritas e sem religião*. Notícias do Censo 2010. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>

IBGE. *Portal Cidades - População estimada para 2017*. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rmsao-paulo/panorama>

MARQUES, Eduardo. *Estrutura Social e Segregação em São Paulo: Transformações na Década de 2000*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, 2014.

MARQUES, Ana Paula da Silva; HOLZSCHUH, Marcelo Leandro; TACHIBANA, Vilma Mayumi; IMAI, Nilton Nobuhiro. *Análise exploratória de dados de área para índices de furto na mesorregião de Presidente Prudente-SP*. III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife, 2010.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonçalves (Orgs.). *Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

VILLAÇA, F. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2 Ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

Recebido em 23/04/2019, aceito para publicação em 27/02/2020.